

## FATORES DE CONTAMINAÇÃO AMBIENTAL E RISCOS À SAÚDE DE POPULAÇÕES LOCALIZADAS NO ENTORNO DO COMPLEXO INDUSTRIAL DE SUAPE.

Stevam Gabriel Alves\*

\*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. E-mail: stevam\_gabriel@hotmail.com

### RESUMO

A grandeza dos problemas socioambientais relacionados à urbanização, industrialização e utilização de recursos naturais tem crescente impacto sobre a saúde e o ambiente. Diante desse fato, o presente artigo buscou discutir a relação entre ambiente, saúde e território no Complexo Industrial de Suape baseando-se na identificação de fatores que determinadas atividades produtivas geram ao meio ambiente e a saúde de populações inseridas no território de Suape. Para seu desenvolvimento foram necessários pesquisa de campo, dados secundários e levantamento bibliográfico sobre a temática da saúde ambiental e dos conflitos socioambientais. Como resultado do estudo, pretende-se fornecer subsídios para outros estudos científicos, além de contribuir com possíveis ações que intervenham sobre os riscos e agravos à saúde, visando à melhoria da qualidade de vida da população.

**PALAVRAS-CHAVE:** Grupos de Risco, Meio Ambiente, Saúde ambiental, Vulnerabilidade Social

### INTRODUÇÃO

O atual modelo de desenvolvimento econômico brasileiro tem vivenciado grandes transformações, resultando em novas formas de produção e ocupação territorial, através do avanço do capital sobre a natureza, comercializando seus bens e serviços que sustentam as comunidades de vida, inclusive a humana. Neste contexto, esta forma de acumulação gera conflitos territoriais e incide fortemente na determinação do processo saúde-doença, com graves implicações sobre a vida, o adoecimento e a morte, especialmente dos grupos sociais vulnerabilizados como os indígenas, comunidades tradicionais, trabalhadores de baixa renda e moradores das zonas de menos favorecidas.

Tal quadro, para muitos excluídos sob o disfarce do desenvolvimento, se caracteriza pela desigualdade na distribuição dos bônus e ônus do progresso conhecido como injustiça ambiental, que desafia a ciência e as práticas acadêmicas, as políticas públicas e os grupos sociais que se organizam em resistência e em defesa de direitos.

Dessa forma, problemas ambientais decorrentes desse comportamento conformam sistemas complexos nos quais intervêm processos sociais, econômicos e políticos (AUGUSTO, 2005). Neste contexto, os problemas ambientais se acumulam e representam situações de risco, com impactos crescentes na qualidade do ar, da água, do solo e na saúde da população (PORTO, 1997).

Em Pernambuco, o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros – Suape tem recebido, nos últimos anos, uma série de investimentos tanto do setor público quanto do privado, gerando um grande ciclo de desenvolvimento. Sua importância estratégica vai além do Estado e é considerado como um importante indutor do desenvolvimento regional. Para (BRAGA et. al. 2012), essa concentração de investimentos representa uma boa perspectiva de desenvolvimento e crescimento. Porém, traz no seu bojo, o risco de impactos sociais e ambientais de alta monta, a exemplo de degradação ambiental e a migração intensa e irregular que acarreta em aumento da demanda por habitação, transporte, serviços sociais, além de infraestrutura e demais serviços, tanto para os usos residenciais quanto produtivos.

Nesse contexto, está inserido o campo da saúde ambiental, compreendida como a área da saúde pública afeita ao conhecimento científico e à formulação de políticas públicas e às correspondentes intervenções relacionadas à interação entre a saúde humana e os fatores do meio ambiente natural e antrópico que a determinam, condiciona e influencia, com vistas a melhorar a qualidade de vida do ser humano sob o ponto de vista da sustentabilidade.

Por se tratar de uma área estratégica para monitoramento do estado de saúde ambiental da população, esse estudo selecionou comunidades no interior do Complexo Industrial de Suape para analisar os possíveis fatores de contaminação que podem estar expostas as populações das comunidades de Mercês e Massangana, tornando-se necessário o fortalecimento das ações de vigilância em saúde ambiental neste território.

## METODOLOGIA

As comunidades estudadas estão inseridas dentro do Complexo Industrial Portuário de Suape. Para o desenvolvimento da pesquisa foram necessárias algumas visitas onde, através de conversas com alguns moradores e constatações visuais identificamos alguns aspectos sociais, econômicos e ambientais que devem ser contemplados no trabalho. A pesquisa bibliográfica foi de grande importância para o melhor entendimento sobre a relação entre saúde, ambiente e território e os conflitos existentes nas comunidades com o CIPS.

Foram utilizados dados disponibilizados pelo IBGE, Anvisa, Condepe/Fidem, CPRH, Fórum Suape, Petrobras, Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) da Refinaria Abreu e Lima Datasus, SIM, SINAM, SIH, além de artigos e dissertações.

## RESULTADO E DISCUSSÃO

Os contatos com o objeto estudado, a partir da revisão de literatura, reuniões com a administração do CIPS e a Sec. De Saúde do Estado de PE possibilitaram, o levantamento e a identificação de conflitos sociais de duas categorias: o agrário-fundiário relacionado à questão de posse e uso da terra para fins de moradia e produção; e o socioambiental relacionado ao conceito de (ACSELRAD, 2004), onde os conflitos socioambientais ocorrem quando são envolvidos grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significado do território, onde um dos grupos ameaças em relação continuidade das formas sociais de apropriação do seu meio.

Além dos conflitos socioambientais, apontamos alguns problemas que podem interferir na saúde das comunidades, em específico no Engenho Mercês pela proximidade com a Refinaria Abreu e Lima. A atividade do Refino é muito impactante por conta da grande quantidade de processos e operações utilizados na extração das frações. Muitos dos compostos utilizados e gerados em refinarias saem das unidades de processamento na forma de efluentes líquidos, emissões atmosféricas, ou resíduos sólidos. Os principais poluentes emitidos são monóxido de carbono (CO), material particulado, compostos orgânicos tóxicos, dentre outros. Outro tipo de poluição causada pela refinaria é a sonora, emitida principalmente pelo funcionamento de equipamentos, como turbinas e motores, e pela operação de veículos de transporte durante as fases de instalação e operação da refinaria (GURGEL, 2009).

## ENGENHO MERCÊS

A comunidade do Engenho Mercês está localizada na Zona Industrial Portuária do CIPS no município de Ipojuca e é “cortada” pelas principais vias de acesso à área do porto. Os grandes empreendimentos como a Refinaria Abreu e Lima, M&GPolímeros, Petroquisa, etc. estão situados nas terras desse antigo engenho, de onde nasce o Rio Tatuoca, cujas nascentes localizam-se na área de instalação da Refinaria. Por estar localizada em meio a esses grandes empreendimentos, as famílias da presente comunidade serão realocadas mediante indenização. Essas retiradas vêm ocorrendo aos poucos, na medida em que são instalados novos empreendimentos.

Outro fator que a administração de Suape alega para a realocação dessa comunidade é o fato de estar susceptível a alguma contaminação advinda da refinaria (Fig. 01), uma vez que, os dutos da refinaria Abreu e Lima estão localizados abaixo da comunidade e caso ocorra algum vazamento de efluente, a comunidade seria a principal afetada.

Segundo informações fornecidas pela liderança comunitária, a comunidade possui aproximadamente 460 famílias que não vivem mais apenas da agricultura e da pesca por conta da chegada e interferência dos grandes empreendimentos em Suape, além da falta de investimentos públicos. Entretanto, algumas famílias ainda utilizam os manguezais do estuário do rio Tatuoca para a pesca de subsistência, e de árvores frutíferas como o cajueiro, a mangueira, coqueiros... Como espaço de “valor de uso”, cuja oferta natural vem diminuindo gradativamente por conta da contaminação ambiental ocasionado pelos poluentes advindos das indústrias (Fig. 02) e também pela retirada da vegetação para a construção das novas empresas, visto que estes são grupos vulneráveis no processo da dominação do capital sobre a terra (ROSSINI, 2009).

Fig 01. Exposição da comunidade a efluentes industriais



Foto: Stevam Gabriel

Fig 02. Lançamento de efluentes Industriais no Manguezal



Foto: Stevam Gabriel

Outros anseios da comunidade são os de serviços sociais, principalmente de serviços saúde, pois, não há nenhum posto médico, sendo necessário o deslocamento até os Municípios de Ipojuca e do Cabo. Outra carência é a de infraestrutura, uma das reclamações dos moradores a falta de calçamento das ruas, em sua maioria de barro (Fig 03), dificultando bastante o acesso quando chove (FORUM SUAPE, 2013). É visível que a comunidade está praticamente abandonada pelo poder público local. Aos poucos, a comunidade vai sendo cercada por indústrias que dificultam ainda mais os principais acessos à localidade.

Fig 03. Estrada de acesso à comunidade não asfaltado



Foto: Stevam Gabriel

Esta falta de políticas públicas nos três níveis de governo e baixa capacidade de atuação das vigilâncias em saúde, falta de rigor nas legislações ambientais e trabalhistas, fragilidade de políticas intersetoriais, falta de uma política de habitação nos municípios integrada à política de desenvolvimento urbano e a autossuficiência organizacional do CIPS não vislumbra o compartilhamento de responsabilidades com os municípios de Cabo e Ipojuca, expondo os municípios a um crescimento desordenado e agravamento do déficit habitacional (GURGEL, 2009).

A pouca participação das comunidades para a discussão e resolução dos problemas locais e defesa dos interesses da população devido a tradição rural na região, a presença de pescadores tradicionais e a aptidão turística por conta das praias do litoral sul, são fatores que dificultam uma mobilização social eficaz, onde a promessa de desenvolvimento, de geração de emprego e especulação imobiliária, são o grande trunfo para criar uma atmosfera pouco reivindicativa e uma baixa presença do setor público regulador (GURGEL, 2009).

Como dito anteriormente, a refinaria (Fig 04) está praticamente dentro da comunidade de Mercês, o que a médio e longo prazo poderão se tornar um problemas a mesma, pois, o refino, armazenamento e transporte do petróleo e derivados poderão contaminar o ambiente e degradar os ecossistema local, já modificados pela expansão da policultura, retirada de madeira, expansão imobiliária desordenada, aterramento para construções, pesca predatória, poluição dos estuários com consequentes impactos na fauna e flora, além da supressão de manguezal, contribuindo para a degradação ambiental.

Figura 04. Refinaria do Nordeste.



Foto: Stevam Gabriel

Em refinarias, existe o risco de ocorrerem grandes acidentes, que vão além dos limites físicos da indústria, atingindo seu entorno, com efeitos eco toxicológicos de curto, médio e longo prazos, o que pode resultar numa série de graves eventos.

### **ENGENHO MASSANGANA**

A comunidade do Engenho Mercês está localizada na Zona Industrial Portuária de Suape no litoral sul município do Cabo de Santo Agostinho a cerca de 50 Km do Recife.

Na presente comunidade, foram identificamos alguns conflitos socioambientais causados principalmente pela necessidade de expansão e ocupação territorial por parte dessas grandes companhias e grupos econômicos internacionais que estão se estabelecendo no CIPS, a poluição, a transformação acelerada da paisagem local, dentre outros fatores, constituem problemas reais que de uns tempos pra cá, começam a incomodar a comunidade.

Vale ressaltar que os dez hectares atuais da comunidade estão cercados não só por indústrias, estradas e viadutos, mas também por moradias de uma comunidade pobre e desprovida de serviços principalmente de saúde, pois, não dispõe de um posto médico e de infra-estrutura uma vez que as ruas são de barro e o acesso se torna difícil quando chove; não dispõe de saneamento básico, habitações precárias.

Como citado anteriormente, a consolidação do polo de Suape começa a gerar outros problemas que vem sendo observados na área: insuficiência na infraestrutura, dificuldades de acesso, carência de um sistema viário e de transportes que atenda à demanda atual dos que lá trabalham. O Engenho está próximo à principal estrada de acesso a Suape que já não é mais suficiente para atender o fluxo de veículos, nem tem a manutenção adequada, apresentando problemas de congestionamento e falta de segurança para todos que a utilizam.

Por conta do atual crescimento econômico de Suape, surge à esperança de emprego para um grande contingente de trabalhadores e desempregados, observa-se no Engenho Massanga um fluxo desordenado através do aumento perceptível no número de invasões e construções irregulares (Fig.05). Até o presente momento não houve nenhum problema em relação a essa questão, mas, se isto continuar a se desenvolver sem a intervenção do Estado, é certo que futuros problemas irão acontecer.

Fig 05. Construções Irregulares



Foto: Stevam Gabriel

A instalação de novos empreendimentos implicaram numa reconfiguração do território, que por consequência, forçara uma nova reestruturação produtiva, ocasionando o fechamento de pequenas indústrias e a redução ou extinção de várias atividades de subsistência, como a agricultura e a pesca, levando a uma descaracterização sociocultural dessas populações pela perda das atividades produtivas com as quais se identificavam.

## CONCLUSÃO

Em conclusão ao presente relatório, foi observado que em áreas de grandes empreendimentos, como o Complexo Industrial e Portuário de Suape, os desafios são grandes. Os processos de desenvolvimento econômico, sobretudo quando ocorrem de modo rápido, interferem nas relações entre homem e meio ambiente, determinando ou contribuindo para a existência de condições e situações de risco que interferem nos níveis de saúde das populações, influenciando ou alterando os perfis de adoecimento e morte das mesmas.

Diante desse contexto, esse novo cenário industrial vai exigir um sistema de vigilância à saúde articulado intersetorialmente, com participação e fortalecimento das organizações sociais, capaz de atuar sobre os riscos e evitar o adoecimento da população no entorno do CIPS. Essas ações devem ser guiadas pelo princípio da precaução, entendido como o reconhecimento antecipado dos riscos e contextos nocivos à saúde, ou seja, a intervenção deve ocorrer antes do acontecimento de eventos nocivos e não apenas agir sobre esses, enfatizando a promoção da saúde e a prevenção de riscos.

As ações de vigilância devem focar os ambientes ou contextos onde se desenvolvem os processos reprodutivos da vida social, sendo responsável pela observação das mudanças significativas ocorridas nas condições de vida da população, que contribuem para transformar a situação de saúde, antecipando a direção dessas modificações.

Compreende-se que a promoção da saúde de toda população, depende da qualidade do ambiente e dos modelos de produção em que estes indivíduos se encontram. Desta forma, pensar em qualidade de vida implica defender modalidades de desenvolvimento sustentável, que enfrentem as crises de desenvolvimento social e ambiental, buscando condições suportáveis de crescimento.

## REFERÊNCIAS

1. ACSELRAD, HENRI. (2004). As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In Henri Acselrad (Org.), *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
2. AUGUSTO, L. G. S.; CARNEIRO, R. M.; COSTA, A. M. (2005). Vigilância Ambiental: um novo conceito uma nova abordagem. In: AUGUSTO, L. G. S.; FLORÊNCIO, L.; CARNEIRO, R. M. (Org.). **Pesquisa (ação) em Saúde Ambiental: Contexto, Complexidade, Compromisso Social**. 2. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE. p. 31 - 38.
3. BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. (2007). **Subsídios para construção da Política Nacional de Saúde Ambiental / Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde**. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde. 56 p. : il. – (Série B. Textos Básicos de Saúde).
4. FORUM SUAPE (2013). Disponível em: <<http://forumsuape.ning.com>>. Acesso em 09-01-2014.
5. GURGEL, A.M *et al.*. **Framework dos cenários de risco no contexto da implantação de uma refinaria de petróleo em Pernambuco**. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(6):2027-2038, 2009.
6. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA (IBGE). Censo 2010. Disponível em: <[www.ibge.org.br](http://www.ibge.org.br)>. Acesso em 01-02-2014.
7. PETROBRAS/FADE. *Relatório de Impacto Ambiental - RIMA*. Recife: Refinaria do Nordeste S.A., 2006. 1º e 2º CD – R.
8. PORTO, Marcelo Firpo de Souza. **Uma Ecologia Política dos Riscos: Princípios para integrarmos o local e o local na promoção da saúde e da justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007. 248pp.
9. ROSSINI, ROSA ESTER. A produção do novo espaço rural: pressupostos gerais para compreensão dos conflitos sociais no campo. *CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária*, v. 4, n. 8, p. 5-28, ago. 2009.